

SEMIÓTICA DO DICIONÁRIO

Luiz Cláudio Vieira de Oliveira

Este trabalho se propõe como uma tentativa inicial para estudar o dicionário como signo cultural, levantando a sua estrutura semiótica interna e a sua função ao lado de outros signos culturais.

Nada mais comum para a camada escolarizada da população que a consulta ao dicionário. Ao nos valermos dele, praticamos automaticamente o ato de abri-lo, de buscar a palavra desejada e de escolher, dentre as várias significações oferecidas, aquela que melhor se adequa ao contexto onde estava ou deverá estar tal palavra. Esse automatismo nos impede a reflexão sobre o dicionário, sua organização interna, seu valor como signo cultural, sua situação dentro de um universo de outros signos culturais. Enfim, sua dimensão semiótica. O uso de dicionários é índice de cultura, de inteligência, de criatividade e, — por que não? — de humildade. Usá-lo significa escrever bem, ter a palavra certa, a acepção precisa e, sonho sempre perseguido, escrever corretamente. Usar o dicionário é orientar-se em meio à floresta de palavras, significados, sinônimos, arcaísmos ou regionalismos, conseguindo a expressão clara, exata e, se possível, criadora. Um dos colaboradores do *Pequeno dicionário brasileiro de Língua Portuguesa*,¹ citado em nota de pé de página do prefácio dessa obra, é nada mais nada menos que Guimarães Rosa. Em seu *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, Aurélio Buarque de Holanda usa como epígrafe versos de Neruda e uma frase de Gilberto Amado,² que transcrevemos nas Notas. Por essas epígrafes se realça o caráter sagrado, e essencial, do dicionário, uma vez que serve ao principiante e ao escritor consagrado. Excelso e acessível, ao mesmo tempo, o dicionário é o livro por excelência, o lugar da sabedoria, onde todas as dúvidas serão sanadas e onde o discurso translúcido terá lugar. O dicionário é, por definição, o anti-Babel.

A medida em que é fonte e depositório de todas as palavras, o dicionário é também a pretensão de que contém todas as palavras, todos os significados possíveis e que, possuindo-o, o falante falará todas as palavras. A pretensa democracia oferecida pelo dicionário, contrapõe-se a rigidez de sua organização, verdadeira marca semiótica³ sua e de toda a nossa civilização. O dicionário é a síntese e o espelho de nosso furor taxonômico, a realidade vista como uma grande caixa chinesa: sempre há uma caixa dentro da anterior, a maior fragmen-

tando-se em outras menores e, a cada uma que surge, corresponde um nome, um lugar, uma ordem. Nada pode restar sem um rótulo, por menor que seja. O que pretendemos em nosso trabalho é oferecer uma descrição da estrutura interna do dicionário e uma interpretação do seu funcionamento como signo cultural.

Michel Foucault, no prefácio de *As palavras e as coisas*,⁴ cita o trecho de Borges em que este reproduz um fragmento de uma enciclopédia chinesa e sua paradoxal classificação dos animais. A seguir, Foucault comenta acerca da tentativa do homem e da cultura ocidentais de reduzir tudo ao princípio da semelhança e da similaridade, buscando colocar tudo dentro de um quadro o mais possível estático. A medida em que tudo puder ser percebido como o equivalente de algo, isto é, à medida em que as coisas perderem a possibilidade de serem únicas, passando a ser cognoscíveis, estará perdido o medo que temos da realidade. Estará banido, também, o medo da palavra única, perversa em sua singularidade inacessível. Por isso o rigor, a sistematização, a repetição na confecção do dicionário, de onde se procura banir toda surpresa. A gíria e o neologismo se incluem no objeto desse medo perante o desconhecido, da mesma forma que o arcaísmo, apesar de «*déjà vu*», de tão velho torna-se novo e assustador. Ao mesmo tempo em que o dicionário é a garantia de igualdade de todos no uso da língua, é também a garantia, se é que isso é possível, de que ninguém será diferente. A colocação de glosários ao fim de capítulos ou livros é a demonstração de que as palavras que os compõem, agora públicas, pertenceram a um pequeno grupo de iniciados. Agora exorcizadas essas palavras perderam seu caráter exclusivo, hermético e, por que não dizer, também mágico. Resiste-se a todas as linguagens acessíveis a poucos: da cabala à poesia passando, nos dias de hoje, pelas linguagens científicas e pelas gírias marginais. O dicionário nos assegura de que todos os semas estão domados e de que novos significados não saltarão selvagens, primitivos e fortes em sua novidade incômoda.

Nesse seu papel de reassseguramento, o dicionário dispõe de uma sintaxe interna que, por mais elementar que pareça, é essencial. A ordenação é fundamental uma vez que se coloca em função de uma taxonomia voltada para o leitor. A ordem alfabética é a mais visível dessas «*sintaxes*» que há no dicionário. A questão básica que o dicionário coloca, para si e para o utente, é a da sua leitura, uma vez que não é lido como um livro qualquer o é. Um livro lê-se sempre da esquerda para a direita, do princípio para o fim, com raras e honrosas exceções. Um dicionário, ao contrário, lê-se sempre a partir da necessidade do leitor e não a partir de um costume. A idéia de acaso, presente no ato de abrirmos um dicionário à procura de determinada palavra, é suprimida em dicionários que têm ranhuras com as letras do alfabeto. Qualquer idéia de acaso é deixada de lado. Por isso, a rigidez na sua organização, seu caráter repetitivo, sua invariabilidade. Apesar de constituir uma seqüência, o dicionário é

fragmentado, podendo ser lido a partir de qualquer ponto. Cada trecho reproduz a organização do todo.

Um dicionário só se altera a partir do seu crescimento, isto é, a partir do aumento do número de palavras, ou do aumento de acepções de cada palavra. O decréscimo de palavras não é significativo, uma vez que pode-se manter uma palavra arcaica, simplesmente indicando-se que caiu em desuso. Ou seja, ela é, potencialmente, atual. O dicionário é analógico à língua, no sentido de que possui um eixo sintagmático (a sintaxe) e um eixo paradigmático (sinônimos, antônimos e as diversas acepções). O próprio Saussure já havia chamado a atenção para a analogia, ao comparar a língua (*langue*) ao dicionário. Só que o dicionário é, ao mesmo tempo, *langue* e *parole*. É reserva, repositório, depósito de palavras e é, também, uma grande frase que começa no A e termina no Z.

O jogo sintagmático e paradigmático é mais complexo ainda. Cada verbete, isoladamente, é, por si só, um eixo paradigmático. Apresenta um feixe de acepções mutuamente substituíveis, entre as quais o leitor vai escolher a que lhe convém. Portanto, é duplamente paradigmático: ao pertencer ao sintagma chamado dicionário e ao vir a pertencer ao sintagma que o leitor está compondo. Além disso, cada verbete entra num jogo de diferença e de semelhança com outros verbetes, com os quais pode ser permutado para a confecção da frase do leitor. No dicionário, entretanto, esse jogo é latente, só vindo a ser atualizado, sintagmaticamente, pelo leitor. A não ser, é claro, que se trate de um dicionário de sinônimos e antônimos.

Esse jogo, inaugurado pelo dicionário, deve ser de novidade e de diferença. Cada verbete é fundamentalmente diverso do anterior e, ainda que sinônimos, não são exatamente idênticos. Se o fossem, não haveria necessidade de tantas palavras diferentes para expressar «quase» a mesma coisa. No entanto, às vezes deparamos com uma tautologia ou com uma circularidade pouquíssimo esclarecedora.⁵ Praticando, como pratica, a intertextualidade, o dicionário é, fundamentalmente, intratextual, no sentido de que remete a si mesmo, num ir e vir infinito e auto-suficiente.

Apesar dessa intratextualidade que, se levada às últimas conseqüências, transformaria o dicionário num labirinto de que jamais sairíamos, é na intertextualidade que o dicionário tem sua origem e sua continuidade. Geraldo de Ulhoa Cintra e José Cretela Júnior, no seu *Dicionário Latino-Português*, dizem: «Quem procura originalidade em matéria de dicionário dificilmente poderá ver-se satisfeito. Deve o dicionarista aproveitar-se do que exista de melhor em trabalhos anteriores...»⁶ a seguir, citam os autores de dicionários que consultaram e arrolam, por quatro páginas, os autores e as obras latinas utilizadas por eles. Aurélio Buarque, em nota de pé de página, informa irem «a 770 os autores citados, e a 1610 as respectivas obras.»⁷ Além do caráter evidentemente intertextual, o dicionário trabalha, por princípio e por necessidade, com a citação. Por menos que se pretenda autoritário, o dicionário é forçosamente normativo e, por isso, obrigado a

provar tudo quanto afirme. Sua autoridade depende da autoridade do autor citado, sua respeitabilidade provém da alheia: «magister dixit». Nesse sentido, é patente a semelhança entre o dicionário e a gramática. É recente a atitude de Aurélio Buarque que afirma, além da língua de escritores clássicos e modernos, respeitáveis por excelência, ter estado atento à língua «dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e da televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos — regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, gíriescos...»⁸

Cada página do dicionário obedece à organização do volume como um todo e a reproduz. Ou seja, a sintaxe que estrutura o dicionário — a ordem alfabética — preside a estruturação da página. O verbete, em sua organização interna, apesar de não obedecer à ordem alfabética que determina sua inserção no volume, segue outro princípio organizador. Via de regra, a etimologia, quando necessária, precede a indicação de número e gênero, para os substantivos, de transitividade, para os verbos, e a da abreviatura «adj.», para os adjetivos. Se, entretanto, há dúvida quanto à pronúncia de uma vogal — se aberta ou fechada — ou quanto ao valor do X, por exemplo, a pronúncia correta é indicada entre parênteses, sendo colocada antes da etimologia, que está sempre entre colchetes. Se o substantivo, adjetivo ou verbo têm várias acepções, cada uma é numerada. Os verbos, além disso, têm indicada a alteração de regência. Através de siglas e abreviaturas previamente convencionadas, indica-se a ciência ou área do conhecimento em que determinada acepção é usada, se constitui um regionalismo ou brasileirismo; ou então, remete-se o leitor para novo verbete.

Em seu prefácio, Aurélio Buarque de Holanda traça em termos gerais os critérios de organização e normalização de sua obra. Em seguida, transcreve o Vocabulário Ortográfico, a Lei nº 5.765, que o altera, a Nomenclatura Gramatical Brasileira e acrescenta as «Abreviaturas, siglas e sinais convencionais usados neste dicionário.»⁹ Ao iniciar seu prefácio com a lembrança do dicionário de Litré, que levou mais de trinta anos para ser feito, e do dicionário da Academia de Ciências de Lisboa, que parou na letra A, em azurrar, e ao terminá-lo citando o poeta Carlos Drummond, Aurélio aponta para dois pólos da língua.

De um lado, a atividade sistemática, lenta, nem sempre reconhecida ou remunerada, intelectual ou monetariamente; de outro, o trabalho criativo, caprichoso, feito «ao sabor do momento e da paixão», gratificante por si próprio. O dicionário está do lado da lei, da gramática, da norma. Não é gratuita a transcrição, logo após o prefácio, da lei e normas citadas acima. Toda essa perigrafia, juntamente com o prefácio, situam o co-texto, o dicionário propriamente dito, num contexto legal e autoritário: obediente às leis que estampa é, ele próprio, um agente que irá zelar e fazer zelar por essas leis. Destinado a servir de lastro à criação, o dicionário é infenso à criatividade e ao improviso. Exemplo patente do cumprimento das leis gerais, o dicionário cria suas próprias normas, seu código de leitura. Esse código,

recorrente e imutável, destina-se a dar, ao leitor, uma impressão de monolitismo e grandiosidade da língua. Nele repousa o peso da tradição: o dicionário é de todos, deve propiciar acesso a todos. Daí a necessidade de um código de leitura e daí o fato de só registrar o que é de uso de todos. Nada de idiosincrasias, nada de neologismos esvairados. O dicionário renega o indivíduo e acolhe o social.

«Em nossos casos particulares — o do Poeta e o deste aprendiz de lexicografia — há uma diferença (deixem passar a confissão): a luta de Drummond principia «mal rompe a manhã»; a do aprendiz, ordinária, vai até de manhã.»¹⁰

A citação que encerra o prefácio do «Aurélios», aponta bem as diferenças entre o criar — Poeta — e o reproduzir — Aprendiz —. A este cabe seguir as normas, o sistema, a ordem alfabética; cabem as repetições, as convenções, a circularidade cíclica dos verbetes, das páginas, dos grupos de palavras iniciadas por cada letra do alfabeto. O dicionário não apenas traz inscrito, rigidamente, o seu código de leitura, como também exibe o seu código de uso. Ao publicar a NGB e o Vocabulário Ortográfico é como se dissesse: «— As palavras aqui contidas devem ser grafadas e combinadas de acordo com os seguintes critérios...».

Ao poeta, diferentemente do aprendiz, caberia a criação, a ruptura da norma, o mergulho no reino das palavras para buscar as mais novas, as mais raras, as mais estranhas. Ou mesmo para tornar diferentes as comuns, rejuvenescer as mais velhas e gastas, criar outras. Ambos, aprendiz e poeta, trabalham arduamente. Cada um buscando, na obra do outro, elementos com que possam compor o próprio trabalho, em mútua dependência, jogando o jogo da intertextualidade.

NOTAS

1. FERREIRA, A. Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. 11. ed. Rio, Civilização Brasileira, 1968, p. XVII.
2. FERREIRA, A. Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª impressão. Rio, Nova Fronteira, 1975, p. II «Escrevo com o dicionário. Sem dicionário, não posso escrever — como escritor.»
3. Por marca semiótica entendemos exatamente a rígida organização do dicionário, com a instituição de um código de leitura e de uso, além de sua postura de guardião das palavras e de vigilante quanto ao correto emprego delas. Essa marca semiótica o faz signo de nossa civilização, preocupada em classificar, guardar e legislar.
4. Esta marca semiótica do dicionário é extensiva a toda a cultura ocidental (língua, economia, ciências) de acordo com a análise feita por Michel Foucault em seu livro.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Antônio Ramos Rosa. São Paulo, Martins Fontes, s.d.

5. FERREIRA, A. Buarque de Holanda. op. cit. p. 421
«Daraf. S.m. Fis. Unidade de medida de elastância, igual ao inverno de um farad.»
6. CINTRA, G. de Ulhoa et JUNIOR, J. Cretela. **Dicionário Latino Português.** São Paulo, Ed. Anchieta, 1944, p. V.
7. FERREIRA, A. Buarque de Holanda. op. cit. p. VII.
8. idem, ibidem, p. VII.
9. idem, ibidem, p. XVIII.
10. idem, ibidem, p. VIII.